

ANTÍOCO IV EPÍFANES E A INTERVENÇÃO SELÊUCIDA EM JERUSALÉM: BREVES CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO LIVRO DE DANIEL (11,29-30)¹⁷

*ANTIOCHUS IV EPIPHANES AND THE SELEUCID INTERVENTION IN JERUSALEM: BRIEF
COMMENTS ON THE BOOK OF DANIEL (11,29-30)*

Dominique Vieira Coelho dos Santos,¹⁸ Daniel Plautz¹⁹

¹⁸ Professor de História Antiga na FURB - Universidade Blumenau

¹⁹ Graduando de História na Universidade Blumenau

Correspondência para: Dominique Vieira Coelho dos Santos (dvcsantos@furb.br); Daniel Plautz (danielplautz@gmail.com)

Recebido em: março de 2019; Aceito em: julho de 2019

RESUMO

O artigo tem por objetivo apresentar alguns elementos que determinaram a intervenção selêucida em Jerusalém na primeira metade do século II a.C., tomando como base o texto bíblico de Daniel 11,29-30. Ao contextualizar o cenário político da região podemos notar dois motivos distintos para as causas da interferência: o primeiro faz menção a derrota de Antíoco IV Epífanes na Sexta Guerra Síria; o segundo versa sobre a intensificação das disputas internas entre os vários grupos de judeus pelo controle de Jerusalém. Embora o texto de Daniel 11,29-30 faça menção a estes dois motivos, o autor parece indicar, no conjunto de sua obra, caracterizada por conter linguagem apocalíptica, típica de um momento de crise, que a causa está mais ligada a figura do rei selêucida, representado como inimigo do povo santo ao longo da segunda parte do Livro de Daniel (capítulos 7-12).

Palavras-chave: Antíoco IV Epífanes; Livro de Daniel; Intervenção; Rei do Norte; Linguagem Apocalíptica.

¹⁷ O artigo em questão foi possível graças ao projeto de pesquisa 69/2018, intitulado “Interferências estrangeiras no culto judaico: uma análise da representação de Antíoco IV Epifânio no Livro de Daniel (século II a.C.)”, subsidiado pela Propex/FURB a partir do PIPE/Artigo 170, um recurso proveniente do Governo do Estado de Santa Catarina.

ABSTRACT

The article aims to present some elements that determined the Seleucid intervention in Jerusalem in the first half of the second century B.C., based on the biblical text of Daniel 11:29-30. In contextualizing the political scenario of the region one can see two distinct reasons for the causes of interference: the first refers to the defeat of Antiochus IV Epiphanes in the Sixth Syrian War; the second relates to the intensification of internal disputes between the various groups of Jews for the control of Jerusalem. Although the text of Daniel 11:29-30 mentions these two motifs, the author seems to indicate in the whole of his work, which is characterized by having an apocalyptic language, typical of a moment of crisis, that the cause is more linked to the figure of the Seleucid king, represented as the enemy of the holy people throughout the second part of the Book of Daniel (chapters 7-12).

Keywords: Antiochus IV Epiphanes; Book of Daniel; Intervention; King of the North; Apocalyptic Language.

UMA INTRODUÇÃO AO LIVRO DE DANIEL

O livro de Daniel é a única fonte contemporânea da intervenção selêucida na Judéia no século II a.C. As demais fontes que temos do mesmo século sobre os personagens centrais do nosso tema ou são posteriores em algumas décadas aos eventos, como 1^a e 2^a Macabeus (GALLAZZI; RUBEUX, 1993), ou não relatam a intervenção de Antíoco IV na Judéia, como Políbio, que registra a Sexta Guerra Síria, mas não os seus desdobramentos na região, ao menos nas partes que chegaram até nós de sua obra *Histórias*. Por este motivo, nosso ponto de partida e nossa fonte principal de estudo é o próprio Livro de Daniel e, para isto, faremos uma breve análise dele, com o intuito de investigar as causas da interferência selêucida na Judeia, no entanto, sem descartar essas outras fontes, que utilizaremos como suporte para desenvolver uma compreensão mais aprofundada das causas dessa intervenção.

O processo de formação do Livro de Daniel é complexo, embora sua redação final tenha ocorrido, segundo Storniolo, entre “os anos 175 a 163 a.C., durante a dominação do rei selêucida Antíoco IV Epífanes” (2007, p. 12). Ele foi escrito em três idiomas

diferentes¹⁸: hebraico (Dn 1,1-2,4a; 8-12); aramaico (Dn 2,4b-7,28) e grego (Dn 3,24-90; 13-14), e sua estrutura narrativa apresenta diferenças. Um exemplo dessas diferenças pode ser notado logo no início, em Daniel 1,18-19, em que o rei babilônico Nabucodonosor conhece Daniel e seus três companheiros, mas no capítulo seguinte (2,25) o rei não os conhece. A maneira de construir a narrativa, na forma final do livro, também possui diferenças, pois a primeira parte (capítulos 1 ao 6) do livro é escrita em terceira pessoa ao passo que a segunda parte (do capítulo 7 ao 12) é escrita em primeira pessoa. Esses elementos parecem indicar que o livro foi formado ao menos a partir de dois blocos narrativos, sendo o primeiro com datação mais antiga e o segundo com datação mais recente, do século II a.C. Niehr, por outro lado, observa que podem existir até três camadas do livro, em que “a mais antiga deve ser fixada após 539 a.C. (1,1-2,4a* em aramaico; 2,4b-49*; 3-6), a segunda a partir do séc. III [...] e a terceira entre os anos 168 e 163” (2003, p. 454). Sendo assim, a produção do livro abrange o contexto que se inicia no século V a.C. e termina no século II a.C.

A questão da autoria também é incerta, uma vez admitindo que o livro tenha se originado ao menos a partir de dois blocos independentes e separados por um período relativamente longo, o autor, chamado Daniel, não é um autor real, mas sim um pseudônimo. O nome Danel (דַּנִּיֵּל) significa em hebraico *Deus julga* e a variação Daniel (דָּנִיֵּאֵל) significa *Deus é meu juiz*. O nome, portanto, faz alusão a teologia empregada pelo autor¹⁹ que sustenta a intervenção de Javé na história, sendo o agente ativo de

¹⁸ Isso considerando a edição católica, que toma como base a versão do livro presente na Septuaginta, que conta com alguns acréscimos em grego. A versão da Bíblia Hebraica que é também aquela utilizada pelos protestantes não possui essas adições em grego, sendo composta apenas pelas partes em Hebraico e Aramaico.

¹⁹ Uma vez que o livro de Daniel tenha se originado ao menos de duas partes independentes, trabalharemos nesse artigo com o termo *autor*, no singular, fazendo referência ao trabalho de redação final do livro, que ocorreu no século II a.C., com a elaboração dos capítulos 7 ao 12. Toda vez que utilizarmos a expressão *o autor*, estaremos nos remetendo a este autor em particular. O mesmo se dá quando nos referimos ao Livro de Daniel de uma forma geral. Estamos fazendo referência à sua composição final no século II a.C.

todas as transformações históricas dos reinos humanos. Para o autor, é Javé quem julgará Antíoco IV Epífanes. Devido a estas questões da estrutura narrativa, dos idiomas e da autoria, é incerto dizer quando o livro foi inserido nas escrituras sagradas do judaísmo, no entanto, histórias do personagem Daniel já estavam sendo mencionadas décadas mais tarde (1 Macabeus 2:60).

Um último aspecto, e também aquele que mais suscita debates sobre o livro de Daniel é sua linguagem apocalíptica. Esse tipo de linguagem²⁰ contém, segundo Collins, “uma elaborada revisão da história, apresentada na forma de profecia que culmina em uma época de crise e turbulência escatológica” (2010, p. 24). Dentro dessa linguagem, as profecias são escritas a partir do recurso de antedatação, em que “o autor retrocede ao passado e escreve sobre a sucessão histórica, como se estivesse profetizando, até chegar ao presente” (STORNILO, 2007, p. 9). De modo geral, a finalidade do livro de Daniel “é explicar os acontecimentos históricos com uma periodização em quatro grandes impérios: o babilônico, o medo, o persa e o grego” (SILVA, 2014, p. 18). Esse esquema também é observado por Calabi, que mesmo remetendo essa periodização apenas para a Babilônia, menciona uma reinterpretação no século II a.C., ao dizer que “no momento em que a história é retomada e reinterpretada nos tempos dos sucessores de Alexandre Magno, os metais não foram mais lidos como alusão a quatro reis da Babilônia” (2013, p. 143). O que, no início, era uma narrativa sobre a sucessão de reis babilônicos, se transformou numa narrativa de sucessão histórica de reinos. O livro, formado no século II a.C., portanto, pode ser classificado como um apocalipse de tipo

²⁰ Existe uma longa discussão sobre o termo correto a se utilizar. Literatura, Gênero, Linguagem ou imaginação apocalíptica. Como estamos trabalhando apenas alguns capítulos e trechos do livro de Daniel, utilizaremos o termo linguagem que versa sobre os elementos constituintes de uma escrita apocalíptica. O mesmo se dá sobre os termos apocalipse e apocalíptica. Para um maior aprofundamento na discussão, ver: COLLINS John J. A imaginação Apocalíptica: uma introdução a literatura apocalíptica judaica. São Paulo: Paulus, 2010; SOARES, Dionísio Oliveira. A literatura apocalíptica: o gênero como expressão. Horizonte. Belo Horizonte, v. 7, n. 13, p. 99-113, 2008; DOBRORUKA, Vicente. História e apocalíptica: Ensaio sobre tempo, metahistória e sincretismo religioso na Antiguidade. 1. ed. Brasília: Edição do autor, 2009.

histórico. Isso também é um indicativo para se determinar que a segunda parte do livro, do capítulo 7 ao 12, foi escrita durante o século II a.C., pois, ao escrever sobre a sucessão histórica, o autor faz descrições mais gerais sobre períodos antigos (Babilônia, Média e Pérsia) e descrições mais detalhadas quando ele representa as guerras entre selêucidas e ptolomeus (Grécia), culminando no reinado de Antíoco IV Epífanes, seu contemporâneo, representado como rei do Norte em Daniel 11, uma clara alusão à localização geográfica dos selêucidas, se situando ao Norte de Jerusalém, na Síria.

É neste segundo bloco que encontramos de forma mais explícita o registro da intervenção selêucida na Judeia, em especial nos capítulos 7, 8, 9 e 11-12 do livro de Daniel. No entanto, é apenas no capítulo 11, cuja linguagem apocalíptica é mais direta em termos representativos, que o autor resolve trazer elementos de causa para a intervenção do rei Antíoco IV. O autor escreve:

No tempo fixado voltará em campanha contra o Sul, mas o fim não será como o começo, pois navios de Cetim virão contra ele, tirando-lhe a coragem. Por isso, ao voltar, ele se enfurecer-se-á contra a Aliança sagrada, e de novo agirá de acordo com os que abandonam a Aliança sagrada (Dn 11,29-30)

Podemos observar aqui dois pontos importantes nesse cenário. O autor descreve duas situações que favoreceram a intervenção selêucida. O primeiro diz respeito a uma segunda campanha contra o rei do Sul (ptolomeus) e o segundo sobre um grupo de judeus que *abandonam a aliança sagrada* e que se associam ao rei Antíoco IV. Temos aqui, portanto, um elemento externo e interno a Jerusalém e a Judeia que o autor está descrevendo como pontos importantes para a intervenção do rei. No entanto, a fonte nada nos informa sobre a situação interna do governo selêucida nesse período para justificar a interferência de Antíoco IV. Portanto, para compreender os motivos que levaram o rei a esta atuação mais impositiva na Judeia, temos que analisar a situação do governo selêucida no período.

AS DIFICULDADES POLÍTICO-ECONÔMICAS DO GOVERNO SELÊUCIDA NO INÍCIO DO SÉCULO II A.C.

O governo selêucida no início do século II a.C. estava enfrentando diversos problemas de natureza política e econômica e para compreendermos esse processo de crise é necessário recuarmos quase um século, com o término da guerra dos sucessores²¹ e início das guerras sírias em 274 a.C. Segundo Green, mesmo que “as guerras dos sucessores [de Alexandre] tivessem finalmente chegado ao fim, não se pode dizer, nem apelando muito para a imaginação, que os regimes que vieram em seguida deram início a uma nova era de paz” (2014, p. 99). Nesse sentido, com a consolidação dos ptolomeus no Egito e dos selêucidas na Síria deu-se início às guerras sírias (274-168 a.C.) entre as duas dinastias: 1ª Guerra Síria (274-271 a.C.), entre Ptolomeu II Filadelfo (285-246 a.C.) e Antíoco I Sóter (281-261 a.C.); 2ª Guerra Síria (260-253 a.C.), sob o selêucida Antíoco II Theos (261-246); 3ª Guerra Síria (246-241 a.C.), entre Ptolomeu III Euergetes (246-221 a.C.) e Seleuco II Kallinikos (246-226); 4ª Guerra Síria (221-217 a.C.), entre Ptolomeu IV Filopator (221-204 a.C.) e Antíoco III, o Grande (223-187 a.C.); 5ª Guerra Síria (202-195 a.C.), entre Antíoco III (223-287 a.C.) e Ptolomeu V Epífanes (204-181 a.C.); 6ª Guerra Síria (170-168 a.C.), entre Antíoco IV Epífanes (175-164 a.C.) e Ptolomeu VI Filómetor (181-164 a.C.). O motivo delas, assim como das guerras dos sucessores, era a conquista e/ou recuperação de territórios para a consolidação política no chamado mundo helenístico. Nesse período, “a necessidade de um exército era em parte justificada pelos impulsos imperialistas dos reis helenísticos” (SANT'ANNA, 2014, p. 17). Esses impulsos chegaram também a Judeia, que por uma questão geográfica, ficava entre essas duas

²¹Após a morte de Alexandre seu império ficou dividido entre seus generais (diádocos). Essa divisão “deu origem à dinastia dos Lágidas no Egito, de Antíoco na Síria, dos Selêucidas na Pérsia e dos Antígonas na região grega.” (EYLER, 2014, p. 126). Cada uma dessas dinastias correspondia a um dos sucessores imediatos de Alexandre: Seleuco I Nicátor, fundador da dinastia dos selêucidas; Ptolemeu I Sóter, da dinastia dos lágidas; e Antígono Monoftalmo, dos antigônidas. Estas foram às três dinastias que herdaram as maiores porções territoriais conquistadas por Alexandre e participaram ativamente das chamadas guerras dos diádocos (322-275 a.C.).

potências do mundo mediterrâneo antigo. Localizada em uma espécie de corredor entre os ptolomeus (sul) e os selêucidas (Norte), a região, portanto, era disputada por essas duas dinastias não só pela posição estratégica em relação ao inimigo e ao mar mediterrâneo, mas também pela possibilidade de aumento de arrecadação via impostos.²² Os grupos políticos-religiosos existentes na Judeia, por outro lado, não observavam a situação de conflito entre ptolomeus e selêucidas de forma passiva. Embora as fronteiras estivessem em constante mudança nesse período, é preciso ressaltar a diferença do próprio conceito de fronteira e o de limite. Em linhas gerais, “enquanto a fronteira pode ser um fator de integração [...], o limite é um fator de separação, pois separa unidades políticas soberanas, [...] não importando a presença de certos fatores comuns, físico-geográficos ou culturais” (MACHADO, 1998, p. 42). Nesse caso, as fronteiras políticas estabelecidas por essas dinastias não limitavam a atuação ou a interação dos grupos políticos judaicos e sua relação com o governo selêucida ou com o governo ptolomaico. A fronteira, nesse caso, fazia o trabalho de integração, seja ela cultural, ou político-diplomática com governos vizinhos. Momigliano (1991), por exemplo, aborda essa questão da integração cultural entre os povos da antiguidade, inclusive dos judeus, com a cultura grega no período em questão, o que vai ao encontro desse significado de fronteira que temos apresentado, não sendo necessariamente uma característica de separação. Por outro lado, a constituição dos próprios grupos sociais, que interagem uns com os outros, está relacionada com o conceito de limite, ou seja, separação, em especial o conceito de limite simbólico. Os limites simbólicos “são distinções sociais feitas por sujeitos sociais para caracterizar objetos, pessoas, práticas, tempo e espaço” (ARGOS; KORMIKIARI; MORALES; PALMA; RAMAZZINA, 2011, p. 127). São eles que separam os grupos e os caracterizam. Sob este aspecto temos os diversos grupos atuantes nesse período histórico, sendo o seu limite observado nas disputas

²² Para maior aprofundamento sobre a influência dos governos helenísticos na Judeia, ver: BICKERMAN, Elias. *The Jews in the Greek Ages*. Massachusetts: Harvard University Press, 1988.

travadas entre eles pelo poder, principalmente em Jerusalém. É possível, portanto, identificar nesse período ao menos três grupos em disputa: judeus favoráveis aos ptolomeus; judeus favoráveis aos selêucidas; judeus favoráveis a autonomia política.

Dentro desse cenário, na Judeia, que até meados do século III a.C. estava sob domínio dos ptolomeus do Egito, começa a se articular em Jerusalém, por volta de 225 a.C., um pequeno grupo que passou a “influenciar os judeus contra a continuação do domínio egípcio vigente” (HARRISON, 2010, p. 314). Pode-se notar aqui a primeira cisão política dentro do judaísmo daquele período e que décadas mais tarde seria intensificada com o conflito entre tobíadas e oníadas.²³ As razões da organização desse grupo são incertas embora fosse composto por membros de uma certa aristocracia local. Quando Antíoco III sobe ao trono, em 223 a.C., eles clamaram por “lealdade ao seu regime e não ao governo egípcio” (HARRISON, 2010, p. 315). A motivação em se virar contra os ptolomeus parece estar relacionada à destituição do sumo sacerdote Onias II como elo entre os judeus e a administração egípcia. Onias II era representante das famílias mais antigas e tradicionais dos judeus. Agora, segundo Otzen, “começava a surgir um novo grupo dominante; tratava-se de uma aristocracia que havia enriquecido rapidamente, muitos dos quais tinham uma pequena ligação com a tradição e a cultura judaicas” (2003, p. 23). Isto pode ser visto a partir da nomeação de um tal José, filho de Tobias, que havia sido anteriormente coletor de impostos para os ptolomeus na Judeia, como novo representante perante aos governadores egípcios. Esse cenário agitou as tensões entre ptolomeus e selêucidas até que Ptolomeu IV morre em 205 a.C. e seu filho pequeno, Ptolomeu V, assume o trono no Egito. Antíoco III “viu que a situação estava madura para outra invasão na Judeia, e parece que foi bem recebido como um libertador

²³ O conflito entre Tobíadas e Oníadas se dava pela disputa do cargo de sumo-sacerdote durante o reinado de Antíoco IV Epífanês (175-164 a.C.). O cargo havia sido posto à venda, e a disputa entre essas duas famílias tradicionais se intensificou mais ainda devido ao contexto de polarização “entre os judeus que viam com bons olhos a helenização e os que queriam rechaçá-la na tentativa de manter intactas as tradições judaicas” (SOARES, 2009, p. 13).

por alguns segmentos da população judaica” (HARRISON, 2010, p. 315). Tem-se início a Quinta Guerra Síria (202-195 a.C.) e ao apoio mais explícito de setores emergentes do judaísmo ao governo selêucida. Em 198 a.C., Antíoco III derrota os exércitos de Ptolomeu V e anexa além da Judeia, “a Síria e Fenícia aos domínios selêucidas” (DONNER, 1997, p. 503). Nesse momento, Otzen pontua que o rei selêucida “tentou ganhar a simpatia dos judeus com benevolência, tanto que nos três primeiros anos estes ficaram livres de impostos” (2003, p. 28). Por outro lado, é importante ressaltar que tal benevolência já estava atrelada ao apoio dado a Antíoco III durante a Quinta Guerra Síria. Porém, tal generosidade não durou muito. Anos mais tarde, em 189 a.C., Antíoco III sofre grandes perdas para Roma na Batalha de Magnésia. As perdas econômicas foram as mais duras comprometendo inclusive seus sucessores no trono selêucida. Temos aqui a primeira grande dificuldade político-econômica do governo selêucida: as dívidas com Roma.

Devido a derrota, os selêucidas foram “obrigados a pagar impostos altíssimos aos romanos e, para tanto, naturalmente, extraíam o dinheiro das províncias que ocupavam, incluindo-se, é claro, a dos judeus” (OTZEN, 2003, p. 28). Três anos mais tarde, Antíoco III foi morto em uma insurreição em Elymais, provavelmente tentando conseguir dinheiro para pagar os romanos através do saque de templos, prática que seria comum para seus sucessores imediatos.

Em seu lugar, assume seu filho, Seleuco IV (187-175 a.C.), de quem temos poucas informações. Sabemos pouco, por exemplo, sobre seu reinado e atuação em Jerusalém, pois apenas um relato²⁴, encontrado no livro de 2 Macabeus, cuja autenticidade

²⁴ O relato miraculoso registrado no livro dos Macabeus segue da seguinte forma: "Firme nas ordens do rei, Heliodoro respondeu que essas riquezas deveriam ser recolhidas ao tesouro real. E, num dia por ele fixado, entrou com a intenção de organizar o inventário. A partir dessa hora, uma grande inquietude se espalhou pela cidade toda. Revestidos de suas vestes sacerdotais e prostrados diante do altar, os sacerdotes invocavam ao céu e imploravam ao Autor da Lei acerca dos depósitos, rogando-lhe que os conservasse intactos para seus depositantes. [...] Diante da profanação que ameaçava o templo, o povo se precipitava em multidão para fora das casas, a fim de se ajuntarem à prece comum. [...] Heliodoro executava o seu intento. Já se achava ali, com seus homens armados, quando o Senhor dos espíritos e

histórica é fortemente contestada, chegou até nós (SILVA; VASCONCELLOS, 2004), embora possa representar uma analogia para as dificuldades que o governo selêucida estava enfrentando, sobretudo após a morte de Antíoco III. Este relato descreve um incidente, em que o sumo sacerdote Onias III entra em desacordo com Simão, comandante da guarda do templo de Jerusalém. Simão, não conseguindo, apoio denuncia as riquezas do templo. Então “o rei, escolhendo Heliodoro, superintendente dos seus negócios enviou-o com ordens de proceder a requisição das referidas riquezas” (2 Macabeus 3,7). Seleuco estaria “ansioso para quitar algumas das dívidas que Antíoco, o Grande, havia contraído em sua luta contra os romanos, e desse modo, envia Heliodoro, para saquear o Templo” (HARRISON, 2010, p. 317). No entanto, tal intento foi impedido por um milagre divino (2 Macabeus 3,23s) e o Templo foi salvo. Tal milagre, segundo consta em 2 Macabeus, se caracterizou por intermédio de um “cavalo, que dava intensos coices, e de dois jovens, que começaram a chicotear Heliodoro, que ficou inteiramente sem ação e caiu logo no chão” (SILVA; VASCONCELLOS, 2004, p. 106). Esse episódio, ainda que miraculoso, pode ser interpretado como uma pequena representação da dificuldade político-econômica enfrentada pelo governo selêucida no início do século II a.C. As dívidas contraídas por Antíoco III estavam fazendo com que os reis selêucidas buscassem dinheiro em qualquer lugar, inclusive nos templos do seu território. Uma parte dos judeus começa a ficar descontente com a administração selêucida, seja pela retomada dos impostos ou pelo desejo do rei de se apossar dos tesouros do templo. Para Donner, a “perda de poder dos selêucidas continuou com fracassos ocorridos sob Selêuco IV Filopator - e isso foi acompanhado, em Jerusalém,

soberano detentor de todo poder suscitou uma tal aparição que todos os que tinham ousado vir ali desfaleceram de espanto, atingidos de pavor ante a majestade de Deus. Viram eles, montado num cavalo ricamente ajaezado e guiado furiosamente, um cavaleiro de terrível aspecto, que lançava em Heliodoro as patas dianteiras do cavalo. O que vinha nele montado parecia ter uma armadura de ouro. Ao mesmo tempo, apareceram-lhe outros dois jovens, de extraordinário vigor, fulgurantes de luz e ricamente vestidos. Colocando-se dos dois lados, puseram-se a açoitá-lo sem interrupção e descarregaram sobre ele uma saraivada de golpes. Atirado subitamente por terra, Heliodoro foi envolvido por espessas trevas. Seus companheiros ergueram-no e o depositaram numa liteira.” (2 Macabeus 3,13-27)

por uma selvagem luta pelo poder entre os oníadas e os tobiádas” (1997, p. 503). A crise foi agravada quando Antíoco IV Epífanes (175-164 a.C.) assumiu o trono selêucida e aparece em Jerusalém no período da Sexta Guerra Síria para arbitrar os conflitos internos que ocorriam na cidade entre esses dois grupos. Aqui podemos destacar a segunda dificuldade: os problemas internos em Jerusalém.

A SEXTA GUERRA SÍRIA E OS PROBLEMAS INTERNOS EM JERUSALÉM

Antíoco IV Epífanes é o personagem central do turbulento período registrado em Jerusalém entre os anos 175-164 a.C. Dentro do judaísmo temos três fontes²⁵ do século II a.C. que mencionam o rei selêucida, sendo uma delas contemporânea ao período da intervenção, o Livro de Daniel. Quando seu irmão Seleuco IV morre, Antíoco IV, que havia estado refém²⁶ em Roma, assume o trono (DONNER, 1997, p. 503). Conforme já mencionamos, o contexto em que Antíoco IV sobe ao poder é turbulento devido as dívidas com Roma, a situação interna em Jerusalém e os constantes conflitos com o Egito. Quanto a este último, por motivos desconhecidos, talvez para tentar recuperar os territórios perdidos na Quinta Guerra Síria, Ptolomeu VI declara guerra a Antíoco IV.²⁷ Tem-se início a Sexta Guerra Síria. Antíoco realizou duas campanhas contra o Egito, registradas no livro de Daniel e em 1 e 2 Macabeus. O escritor do livro de Daniel escreve

²⁵ O Livro de Daniel foi escrito durante a intervenção de Antíoco IV em Jerusalém e da revolta dos Macabeus contra o domínio selêucida. Já os livros de 1 e 2 Macabeus foram escritos décadas mais tarde, quando os Macabeus saíram vitoriosos, trazendo autonomia política a Judeia novamente. Os dois livros registram com maiores detalhes a intervenção de Antíoco IV e a revolta que se seguiu, sendo eles paralelos um ao outro em termos de conteúdo e não uma continuação.

²⁶ Quando Antíoco III perde a batalha de Magnésia para os romanos, é firmado o tratado de Apameia (188 a.C.), em que obrigava o rei selêucida entre outras coisas a entregar seu filho Antíoco IV como refém. Ver SCOLNIC, Benjamin. Antiochus IV and the Three Horns in Daniel 7. *Journal of Hebrew Scriptures*. Edmonton, v. 14, n. 2, 2014.

²⁷ Sobre este tema Políbio faz vários registros sobre a Sexta Guerra Síria em sua obra *Histórias*, e especificamente sobre as motivações de Antíoco IV em defender a região da Judeia, e Ptolomeu VI em readquiri-las. O historiador grego narra alguns episódios em que os dois reis enviam emissários ao senado romano para justificar suas posições na guerra. (*The Histories* 28.1.1).

que o rei “dirigirá sua força e o seu coração contra o rei do Sul, com um grande exército” (Dn 11,25) e que “no tempo fixado voltará em campanha contra o Sul, mas o fim não será como o começo” (Dn 11,29). Já o autor de 1 Macabeus relata apenas a primeira campanha: “invadiu, pois, o Egito à frente de um exército poderoso, com carros, elefantes e uma grande esquadra, e travou combate com o rei do Egito, Ptolomeu, o qual recuou diante dele e fugiu” (1 Mc 1,17). Por outro lado, 2 Macabeus assinala os preparativos para a segunda: “por esse tempo, Antíoco preparava a sua segunda expedição contra o Egito” (2 Mc 5,1). A sequência registrada no Livro de Daniel condiz com aquela encontrada nos dois livros dos Macabeus.

A situação se complicada quando da segunda campanha ao Egito. Conforme registrado no livro de Daniel, a segunda campanha não teve o mesmo êxito da primeira. Isso se confirma com a intervenção romana para acabar com a Sexta Guerra Síria e preservar o governo egípcio. Antíoco decidiu continuar na guerra contra os ptolomeus “e estava direcionando-se a Alexandria quando os enviados romanos o alcançaram no caminho. Ao se aproximarem, Antíoco cumprimentou Popílio, que lhe entregou o decreto do Senado” (CLÍMACO, 2017, p. 83). Roma impediu que Antíoco IV cercasse Alexandria, pois um “império selêucida que incluía o reino dos ptolomeus - assim desmanchando qualquer equilíbrio de poder no Leste grego criando um rival perigosamente poderoso - não era algo que Roma tivesse a intenção de tolerar” (GREEN, 2014, p. 127). A intervenção é mencionada por Políbio, que descreve a preocupação do senado romano com a possibilidade de Antíoco se tornar o senhor do Egito (The Histories 29.2.1). Antíoco, portanto, abriu mão do Egito e os romanos seguiram para Chipre, de onde expulsaram a frota selêucida. Antíoco agora tinha a dívida com os romanos para honrar, o gasto econômico das duas campanhas empreendidas ao Egito em uma guerra perdida e uma província com fortes disputas internas pelo poder.

Devido a este contexto, Antíoco IV voltou suas atenções inicialmente para a província da Judeia, onde pretendia arrecadar dinheiro e assegurar o domínio da região,

arbitrando disputas internas para espantar qualquer pretensão egípcia de reconquista. Dentre as medidas tomadas pelo rei, ele “pilhou o templo, interrompeu os sacrifícios do culto, em seguida, proibiu os ritos tradicionais, a circuncisão, a observância da Lei, perseguindo e massacrando os que continuavam a praticá-los” (BENOIT; SIMON, 1987, p. 52). Por fim, instaurou o culto a Zeus dentro do templo judaico. Essa política imposta gerou descontentamento do povo judeu, sobretudo entre os setores mais tradicionais do judaísmo, o que acabou por ser o estopim da chamada Revolta dos Macabeus (167 a.C.). Entretanto, essa associação particular entre Antíoco IV e a política imposta em Jerusalém pode ser contestada, conforme temos mostrado. Não se tem mais lugar para uma perspectiva que polariza Antíoco IV e os judeus de um modo geral, atribuindo todas as mudanças políticas e religiosas à campanha do rei selêucida. Ao invés disso, temos grupos dentro do judaísmo que eram favoráveis ao rei e suas políticas. Benedikt Otzen afirma que, nesse período, o desenvolvimento do judaísmo era disputado “pelo partido reformador helenizante e pela facção de judeus antigos” (2003, p. 30). Nesse caso, Antíoco IV teve apoio interno de Jerusalém para atuar na transformação da cidade.

Momigliano comenta que esse evento estava além dos conflitos internos comuns do governo selêucida. “O Templo de Javé foi transformado em um templo de Zeus Olímpico, os habitantes de Jerusalém foram denominados antioquianos e a misteriosa Acra, a fortaleza, foi ocupada por uma guarnição síria” (1991, p. 91). Ele prossegue afirmando que “desde os tempos imemoriais era inaudita no mundo de fala grega uma tamanha interferência nos cultos ancestrais de uma nação” (1991, p. 91). Essas transformações, no entanto, podem ser compreendidas a partir do contexto de disputas internas em Jerusalém e pelas dívidas econômicas contraídas pelo governo selêucida ao serem derrotados pelos romanos. Para além dessas medidas, Antíoco IV colocava no cargo de sumo sacerdote quem lhe oferecesse mais dinheiro, isso fez com que esse cargo, que deveria ser por linhagem segundo a tradição judaica, pudesse ser ocupado por qualquer judeu que tivesse dinheiro e tivesse interesse em adquirir poder em

Jerusalém. A intenção de Antíoco IV ao arbitrar os conflitos internos acabou por intensificá-los mais ainda. Foi assim que Menelau se tornou sumo sacerdote. “A nomeação de Menelau a despeito da lei naturalmente enfureceu os judeus ortodoxos, e sem dúvidas muitos apoiaram a Jasão quando este tentou recuperar sua função” (OTZEN, 2003, p. 34). O próprio Jasão (1 Mc 1,1-15), “irmão do sumo sacerdote Onias III comprou o cargo de sumo sacerdote e adotou a religião grega no Templo de Jerusalém” (STORNILO, 2007, p. 14).

A intervenção de Antíoco IV intensificou as disputas entre os judeus e deu origem ao conflito armado contra o próprio governo selêucida a partir da Revolta dos Macabeus, que terminaria por tornar a Judeia autônoma politicamente do governo selêucida. O cenário político da região nesse período está de acordo com a leitura feita pelo autor do livro de Daniel, ao dizer que Antíoco IV se indignaria contra a Santa Aliança após seu fracassado intento em vencer o rei do Sul e de fazer alianças com alguns judeus (Dn 11,29-30). Neste caso, o registro de Daniel condiz com a leitura histórica do período, no entanto, o autor vai além desses dois elementos imputando somente ao rei não só a causa, mas também as consequências da intervenção.

ANTÍOCO IV EPÍFANES NO LIVRO DE DANIEL: O CULPADO PELA INTERVENÇÃO?

O último verso do texto base do Livro de Daniel que mencionamos no início deste artigo contém um elemento interessante para analisarmos na tentativa de compreender como o autor constrói a representação de Antíoco IV como inimigo do “povo santo” e, por conseguinte, o causador das mazelas que acometeram Jerusalém no século II a.C. O verso 30 diz que “por isso, ao voltar, ele se enfurecer-se-á contra a Aliança sagrada, e de novo agirá de acordo com os que abandonam a Aliança sagrada”. Podemos ressaltar que o autor, em nenhum momento durante todo o capítulo 11, explica a causa desse enfurecimento. A palavra hebraica זעַם (za’am) é traduzida em outras passagens

bíblicas²⁸ como indignação, aborrecimento, abominação e raiva. O autor intencionalmente resolve pontuar o enfurecimento do rei. No entanto, se faz necessário analisar outras passagens do livro de Daniel que mencionam o rei Antíoco IV antes de concluir se essa é uma impressão geral do autor sobre o rei ou um caso isolado.

Com exceção do capítulo 11-12, Antíoco IV é representado também nos capítulos 7, 8 e 9. Por não se tratar do nosso objetivo aqui, não faremos uma análise extensiva sobre esses três capítulos. Nosso intuito é apenas verificar como o autor constrói a intervenção de Antíoco IV na Judeia. No capítulo 7, Antíoco é representado por um chifre pequeno que surge de uma grande besta com dez chifres, após três chifres dela caírem (SCOLNIC, 2014, p. 1-2). Esse chifre pequeno “proferirá insultos contra o Altíssimo [...] ele tentará mudar os tempos e a lei, e os santos serão entregues em suas mãos por um tempo, tempos e metade de um tempo” (Dn 7,25). Aqui temos outro elemento interessante, pois o autor diz que o chifre pequeno tentará mudar os tempos e a lei, novamente sem mencionar qualquer indicativo do que estaria motivando esse governante a fazer isso. A intervenção do chifre pequeno está atrelada a mudança cultural inserida nos termos tempos e a lei, e isso é elaborado mais exaustivamente em Dn 11,31-33. (MACUMBER, 2015, p. 2). No capítulo seguinte, o personagem Daniel possui uma nova visão sobre esses acontecimentos e novamente aqui Antíoco IV é representado por um chifre pequeno (Dn 8,9). Daniel observa em sua visão que “de um deles saiu um pequeno chifre que depois cresceu muito, tanto na direção do Sul como na do oriente como na do país do Esplendor [...] chegou até a exaltar-se contra o Príncipe do exército” (Dn 8,9-11). Aqui temos alguns indicativos para relacionar Antíoco IV Epífanes a essa figura do chifre pequeno. Conforme mencionamos nos tópicos anteriores, Antíoco IV era um rei selêucida (oriente), guerreou contra o Egito (Sul), interviu na Judeia (país do Esplendor) e destituiu o sumo sacerdote Onias III (Príncipe do

²⁸ Por exemplo: Salmos 7,11; Provérbios 22,14; 24,24; 25,23; Isaías 66,14; Zacarias 1,12.

Exército) a partir da venda do cargo. Novamente, aqui a fonte não indica o que motivou o rei a supostamente se engrandecer para o Sul, oriente e país do Esplendor além da sua própria pretensão. Por fim, temos o capítulo 9. A intervenção é mencionada nos versos finais do capítulo, e foi a partir dele que Hipólito de Roma, no século III d.C. lançou a hipótese do conteúdo se referir “a crise enfrentada durante o período de Antíoco IV Epífanes” (ULRICH, 2014, p. 1061). O texto menciona que “depois de sessenta e duas semanas um Ungido será eliminado, e a cidade e o Santuário serão destruídos por um príncipe que virá” (Dn 9,26). O unguido eliminado se refere ao assassinato do sumo sacerdote Onias III, e Antíoco IV aqui é representado pelo termo príncipe, que trará a destruição da cidade (Jerusalém) e do santuário (Templo). Igualmente aqui, Antíoco IV é representado como a “fonte do mal que se abate sobre Jerusalém” (CHEVITARESE, 2004, p. 164). Por outro lado, como já vimos anteriormente, o rei Antíoco IV estava agindo a partir do contexto de crise enfrentado pelo governo selêucida no século II a.C., algo que não era desconhecido do autor do Livro de Daniel, uma vez que ele os cita ainda que de forma breve no capítulo 11 como mostramos anteriormente. É curioso notar que o autor pouco fala sobre os grupos de judeus que apoiavam o rei, se limitando a caracterizá-los apenas como aqueles que abandonam a santa aliança (Dn 11,30). A partir disso podemos analisar o discurso representativo que o autor faz do rei selêucida para a sua audiência.²⁹

As representações podem ser caracterizadas como “formas de comunicar e reelaborar o mundo, aproximações da realidade que, no entanto, não podem substituir o mundo vivido” (SERPA, 2014, p. 488). Nesse sentido, “para se pensar o eu e o outro é preciso criar uma representação aceitável” (HALL, 2000, p. 112). Por isso, a

²⁹ É difícil indicar precisamente para quem o Livro de Daniel estava sendo escrito. O autor menciona “homens esclarecidos” (Dn 11,34) mas sem dar maiores detalhes sobre quem era esse grupo. Pela teologia encontrada no livro, pode-se fazer uma associação ao grupo chamado Hassidins (os piedosos) em 1 Macabeus 2,42, mas qualquer resposta definitiva é incerta.

representação criada do rei selêucida Antíoco IV Epífanes como causador de todo o mal tornou-se aceitável na medida em que a intervenção dele na região intensificou as disputas internas e fez eclodir a Revolta dos Macabeus. Dessa forma, o autor mobilizou a construção identitária do eu, isto é, do judaísmo verdadeiro, e do outro, do rei selêucida e de qualquer um que se associasse a ele, como inimigos desse judaísmo. É por isso que o autor resolve desconsiderar os motivos externos e internos que favoreceram a intervenção, para criar um discurso polarizante entre o rei e os verdadeiros judeus, no qual o autor certamente está incluído. É aquilo que Hayden White fala sobre discurso, afirmando que “todo discurso sempre é o seu próprio discurso e é sobre objetos que compõem o seu tema” (WHITE, 1994, p. 17). Para ele, discurso é movimento, seja de “codificações recebidas da experiência” ou de “meios alternativos de codificar essa realidade” (WHITE, 1994, p. 16). Discurso, portanto, é um trabalho de mediação. Nesse sentido, o autor do livro de Daniel está atuando nesse papel de mediação, produzindo um discurso que aponta um inimigo a ser combatido, isto é, codificando a realidade a partir da linguagem apocalíptica. É interessante notar que nas visões narradas no livro sempre há um anjo que realiza o papel de entregar a interpretação do que é narrado, indicando a forma correta de ler as profecias, atuando como um mediador entre o personagem Daniel e Javé, para quem Daniel sempre pede a interpretação correta de suas visões. Como aponta Ana Teresa Marques Gonçalves, na *Antiguidade*, uma mensagem, sonho ou visão caracterizava uma indicação do desejo divino, algo que, justamente por se tratar de uma manifestação da própria divindade a um protegido, ungido, ou escolhido seu, tinha poder de veracidade e convencimento perante à comunidade que participava e compreendia o sistema simbólico no qual a mensagem circulava, ou seja, que compartilhava os signos do mesmo imaginário social (GONÇALVES, 2003). Além disso, como vimos, Antíoco IV, inicialmente, é representado por um chifre pequeno, passando posteriormente a ser representado pelo termo príncipe e, por fim, como rei do Norte. Descrever Antíoco IV por meio de símbolos é,

então, a estratégia utilizada pelo autor da narrativa do livro de Daniel. Ele recorre a recursos textuais e invoca “presenças” e “ausências” para construir uma imagem de seu personagem, algo característico do exercício de representação (SANTOS, 2011). Assim, com o decorrer das visões e dos capítulos, fica cada vez mais clara a identidade representativa que o autor do livro de Daniel pretende construir de Antíoco como inimigo, para que sua audiência possa identificar o sujeito das visões, não lhe importando compreender suas motivações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As causas da intervenção selêucida na Judeia são bem identificadas e documentadas nas fontes e na bibliografia específica sobre o tema. As dívidas contraídas por Antíoco III, a derrota na Sexta Guerra Síria e as disputas internas em Jerusalém são elementos que nos ajudam a compreender a intervenção selêucida na região. O primeiro motivo listado explica a necessidade do rei de se apossar dos tesouros do templo, o segundo explica tanto a necessidade de arrecadação quanto de se manter o poder nas províncias já conquistadas, já o terceiro diz respeito ao controle da região. Esses fatores em conjunto foram responsáveis pela tomada de decisão do rei em interferir na Judeia. Não descartamos que tais medidas possam ter sido vistas por setores do judaísmo como algo terrível, mas devemos leva-las em consideração para não imputarmos somente a Antíoco IV Epífanes todos os problemas que mencionamos. Por outro lado, o livro de Daniel, conforme vimos, faz esse tipo de exercício, pois além de apontar as duas causas, a Sexta Guerra Síria e os grupos judaicos a favor dos selêucidas, o autor acaba construindo a figura de Antíoco IV Epífanes como o verdadeiro protagonista da intervenção, não dando importância para os processos externos as vontades e ao controle do rei.

Essa construção está ligada à própria linguagem utilizada pelo autor para elaborar seus textos, a linguagem apocalíptica. Dessa forma, o autor, escrevendo contemporaneamente a intervenção do rei, elabora sua representação do governante a partir de figuras como bestas animais até descrições mais diretas como rei do Norte, pontuando para sua audiência a localização geográfica do inimigo do “povo santo”. Por se tratar de um contexto turbulento, é natural que, dentro dessa linguagem, o autor faça um discurso colocando a intencionalidade do rei como fator determinante. E como vimos, esse tipo de discurso, longe de ser descartado, pode ser utilizado para compreender a voz de setores específicos do judaísmo, que não viam no helenismo e nem na revolta armada dos Macabeus a resposta para os problemas de Jerusalém. Restava para este grupo deixar as coisas na mão de Javé, pois para a teologia encontrada no Livro de Daniel, Javé “muda as épocas e as estações; destrona reis e os estabelece. Dá sabedoria aos verdadeiros sábios e entendimento aos que buscam discernir e conhecer” (Dn 2,21).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BÍBLIA DE JERUSALÉM. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002.
- POLYBIUS. The Histories. Volume II: Books 3-4. Loeb Classical Library 137. Disponível em: <<http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Polybius/home.html>>. Acesso em 07 de março de 2019.
- ARGOS, João E.; KORMIKIARI, Maria C. N.; MORALES, Fabio A.; PALMA, Adriana; RAMAZZINA, Adriana A. O estudo das fronteiras no mundo antigo: o caso grego. In: ALDROVANDI, C. E.; HIRATA, E. V.; KORMIKIARI, M. C. (Org.). Estudos sobre o espaço na Antiguidade. 1 ed. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2011, p. 125-156.
- BENOIT, André; SIMON, Marcel. Judaísmo e Cristianismo Antigo: de Antíoco Epifânio a Constantino. São Paulo: Pioneira, 1987.
- BICKERMAN, Elias. The Jews in the Greek Ages. Massachusetts: Harvard University Press, 1988.
- CALABI, Francesca. História do Pensamento Judaico-Helenístico: com uma contribuição de Romano Penna sobre a literatura canônica do movimento cristão. Trad. Orlando Soares Moreira. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- CHEVITARESE, André Leonardo. Judaísmo e Helenismo: reflexões em torno de Daniel 9,1-19. Dimensões: Vitória, v. 16, p. 161-171, 2004.
- CLÍMACO, J. C. Alexandria e Roma: representações, dinâmicas e vicissitudes na esfera do poder ptolomaico. Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos, v. 10, p. 77-99, 2017.
- COLLINS, John J. Imaginação Apocalíptica: uma introdução à literatura apocalíptica judaica. São Paulo: Paulus, 2010.
- DOBRORUKA, Vicente. História e apocalíptica: Ensaio sobre tempo, metahistória e sincretismo religioso na Antiguidade. 1. ed. Brasília: Edição do autor, 2009.
- DONNER, HERBERT. História de Israel e dos Povos Vizinhos: da época da divisão do reino até Alexandre Magno. São Leopoldo: Sinodal, 1997.

- EYLER, F. M. S. História Antiga Grécia e Roma. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- GALLAZZI, S; RUBEAUX, F. Primeiro Livro dos Macabeus: autocrítica de um guerrilheiro. Petrópolis: Vozes, 1993.
- GONÇALVES, Ana Teresa Marques. “Imagens Oníricas e o Poder Imperial dos Severos na Roma Antiga”. In: Dulce Oliveira Amarante dos Santos; Maria Zaira Turchi. (Org.). Encruzilhadas do Imaginário: Ensaio de Literatura e História. Goiânia: Cânone, 2003, v. 1, p. 27-48.
- GREEN, Peter. Alexandre o Grande e o período helenístico. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- HALL, Stuart. Quem precisa de Identidade? In: Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Vozes: 2000. p. 103-133.
- HARRISON, R. K. Tempos do Antigo Testamento. Trad. Degmar Ribas. Rio de Janeiro: CPAD, 2010.
- MACHADO, L. O. Limites, Fronteiras, Redes: In: STROHAECKER, T. M. et al. (Orgs.). Fronteiras e Espaço global. Porto Alegre: AGB, 1998, p. 41-49.
- MACUMBER, Heather. A Monster without a Name: Creating the Beast Known as Antiochus IV in Daniel 7. Journal of Hebrew Scriptures. Edmonton, v. 15, n. 9, p. 1-26, 2015.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. Os Limites da Helenização: a interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.
- NIEHR, Herbert. O livro de Daniel. In: ZENGER, Erich (Org.). Introdução ao Antigo Testamento. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- OTZEN, Benedikt. O judaísmo na antiguidade: A história política e as correntes religiosas de Alexandre Magno até o imperador Adriano. São Paulo: Paulinas, 2003.
- SANT'ANNA, Henrique Modanez de. O basileus e seu exército: algumas considerações sobre o 'ritual de aclamação' e a natureza do poder monárquico helenístico. Saeculum. João Pessoa, v. 30, p. 15-23, 2014.

- SANTOS, Dominique. Acerca do conceito de representação. *Revista de Teoria da História*. Goiânia, ano 3, número 6, p. 27-53, 2011.
- SCOLNIC, Benjamin. Antiochus IV and the Three Horns in Daniel 7. *Journal of Hebrew Scriptures*. Edmonton, v. 14, n. 2, p. 1-28, 2014.
- SERPA, A. S. P. Teoria das representações em Henri Lefebvre. *GEOUSP, Espaço e Tempo*. São Paulo, v. 18, p. 487-495, 2014.
- SILVA, Rafael Rodrigues; VASCONCELLOS, Pedro Lima. *Como ler os livros dos macabeus*. São Paulo: Paulus, 2004.
- SILVA, Diego Lopes da. *A Quarta Besta de Daniel: Representação do governo de Alexandre, o Grande*. Curitiba: Editora Prismas, 2014.
- SOARES, Dionísio Oliveira. A literatura apocalíptica: o gênero como expressão. *Horizonte*. Belo Horizonte, v. 7, n. 13, p. 99-113, 2008.
- SOARES, Dionísio Oliveira. As influências persas no chamado judaísmo pós-exílico. *Theós*. Campinas, v. 5, n. 2, p. 1-24, 2009.
- STORNILO, Ivo. *O Livro de Daniel: reino de Deus x imperialismo*. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2007.
- ULRICH, Dean R. How Early Judaism Read Daniel 9:24-27. *Old Testament Essays*. Pretoria, v. 27, n. 3, p. 1062-1083, 2014.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994.